

Rastro fonológico no *rastrum* filológico

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida*
Gabriel Antunes de Araujo**

RESUMO: Baseado em manuscritos brasileiros do século XVIII, este texto oferece um levantamento de grafemas de referência vocálica e consonantal que indicam pistas da mudança do sistema sonoro do português. Mostraremos que a variação vocálica, a redução de ditongos, o *rotacismo* e *lambdacismo* encontrados nos manuscritos do século XVIII apontam para uma origem lusitana dos fenômenos e não somente para um caso de influência americana ou africana.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia portuguesa; fonologia; história do português; século XVIII.

1. introdução

O objetivo deste texto é trazer para o presente fenômenos do sistema sonoro do português corrente no último século do Brasil Colônia (em especial a época das bandeiras paulistas, foco de irradiação da língua portuguesa para o interior brasileiro) através de alguns grafemas de referência vocálica e consonantal, encontrados em documentos manuscritos datados do século XVIII.

O *corpus* empregado neste artigo, baseado em Santiago-Almeida (2000), contém 15 documentos manuscritos, datados entre os anos de 1733 a 1763, sendo cinco deles constituídos de duas vias. Esses documentos podem ser notariais, ofícios, cartas, requerimentos, relatórios ou diários de viagem, dentre outras tipologias textuais. Os documentos com mais de uma via, por exemplo, oferecem elementos consistentes para a análise, pois além do fato de se tratar de duas vias escritas pelo mesmo punho, eles nos ajudam a desfa-

* Universidade de São Paulo e Academia Brasileira de Filologia – horas@terra.com.br.

** Universidade de São Paulo – g.antunes@usp.br.

zer certas dúvidas, dentre elas, a ocorrência de algum fenômeno (como a utilização de um recurso grafemático) que destoe do atual padrão lingüístico ou destoe de outros escritvões contemporâneos aos documentos. Por isso, esse tipo de documento permite analisarmos descuidos ou indecisões do autor, já que, nesses casos, o lapso comumente é único. Caso não seja um lapso, i.é, caso seja um aspecto próprio do estado de língua da época, haverá, possivelmente, reincidência do mesmo fenômeno em outra via e em outros documentos do período. Ao mesmo tempo, podemos chegar a essas deduções partindo, também, de documentos com apenas uma via. Afinal, no século XVIII ainda não havia uma norma de fato para a escrita portuguesa difundida e reconhecida por todo e qualquer escritvão ou copista. Não obstante, pode-se, pela observação dos documentos, perceber o estado de *poligrafia* (entenda-se: variação ‘ortográfica’) daquele século. Conseqüentemente, isso nos ajuda a inferir quando algum traço, apesar de encontrar-se na escrita, aponta para um vestígio de oralidade que o escritvão ou copista deixou escapar. Assim, é possível realizar essa investigação com documentos de via única e com documentos de vias múltiplas. A análise destes, sem preterição daqueles, certamente nos possibilita chegar a estas e outras constatações com mais segurança e celeridade.

Serve este texto também para colocar mais uma vez em discussão (e rechaçar) a hipótese segundo a qual muitos dos fenômenos fonético-fonológicos, ditos próprios do português brasileiro, devem sua origem exclusivamente à influência das línguas africanas e das indígenas brasileiras, em especial as da família tupi-guarani. Melo (197, p. 137), dentre tantos outros, nos dá um bom exemplo da crença nessa influência quando se refere à formação da língua portuguesa em terras brasileiras. É sua opinião que a língua lusitana, por ser mais culta e “instrumento de uma civilização superior”, suplantou, lá pelos idos do século XVIII, sua principal concorrente, o tupi,¹ ou a chamada *língua geral* falada pelos descendentes dos portugueses e das índias. Eles e as populações rurais e urbanas “de pouca cultura” “abandonaram o uso da língua tupi” em favor da língua dos brancos, mas “falaram mal, muito mal a nova língua”, pois lhe impingiram nódoas de sua língua materna “sem flexão,

¹ Agostinho e Araujo (2007, p. 205-206) lembram que “a expressão *língua tupi* refere-se ao dialeto unificado dos instrumentos lingüísticos empregados pelos jesuítas nos séculos XVI-XVIII, sem especificação das diferenças regionais, muito mais do que a uma língua específica”. A língua *tupi-guarani*, efetivamente, nunca existiu. Cientificamente, emprega-se o termo *tupi* como a denominação de um tronco lingüístico, no qual *tupi-guarani* é o nome de uma de suas famílias (cf. Rodrigues, 1986), embora, nos círculos não-científicos e paracientíficos emprega-se (erroneamente) o termo *tupi* como designação de uma língua indígena brasileira.

e de vocabulário pobre”. Embora Holanda (1936, p. 88-91) tenha defendido que na São Paulo do século xvii e xviii se falava a língua geral paulista, Oliveira (2002) demonstrou que a questão lingüística em São Paulo era um pouco mais complexa, e o português era, de fato, a língua de prestígio. A discussão sobre a influência das línguas africanas no português do Brasil ainda requer evidências conclusivas (Fiorin e Petter, 2008). Bonvini (2008, p. 55), por exemplo, é categórico ao afirmar que “apenas tomar em consideração traços fonológicos, morfológicos e sintáticos não permite chegar a uma conclusão aceitável” sobre a suposta influência das línguas africanas no português do Brasil. Portanto, a afirmação de Melo (1971, p. 138), segundo a qual as populações negras, assim como todos de “sangue índio”, ao adotarem o português, também “o deformaram em dialetos crioulos”, não possui evidências conclusivas. Os exemplos dessa “deformação” são, até hoje, repetidos sem comprovação. Para ficar apenas em dois fenômenos do sistema sonoro, lancemos luzes sobre o rotacismo e a redução de ditongos. Exemplos que não resistem a uma olhadela em manuscritos portugueses que antecedem esse momento histórico, provando que tais fenômenos não são, nem nunca foram, inovações brasileiras, jamais vistas e ouvidas no português europeu. Trata-se, em verdade, de conservação, repetição, e/ou reinterpretação de um sistema sonoro português descrito desde seu período arcaico ou, antes disso, desde o galego-português. Veremos, na seqüência, esses e outros exemplos estampados em manuscritos portugueses escritos por portugueses vindos diretamente da boa terra. Afinal, quem na época (século xviii) tinha conhecimento e domínio da escrita? Seguramente não eram negros nem índios! Esses eram, certamente, o assunto de muitos daqueles documentos, ou por terem fugido da escravidão ou por estarem dificultando, resistindo a arco e flecha, o trabalho dos brancos na empreitada de expandir os domínios da coroa portuguesa floresta, cerrado e sertão adentro.

Este texto está organizado da seguinte forma: na próxima seção, apresentaremos o material utilizado nesta pesquisa. Na seção 3, discutiremos a ocorrência de grafemas de referência vocálica. Em 4, apresentaremos os casos de redução de ditongos. A seção 5 traz os exemplos e uma discussão acerca dos grafemas consonantais e suas ocorrências nos manuscritos. A sexta seção traz algumas considerações finais. Em 7, apresentamos um trecho fac-similado de um dos documentos utilizados neste trabalho com sua transcrição.

2. Material

Todos os manuscritos utilizados neste texto estão depositados no Arquivo Público do Estado do Mato Grosso (APMT). A tabela 1 apresenta uma listagem com as características dos manuscritos inéditos que foram utilizados para a formação do *corpus* deste trabalho e está assim organizada: na primeira coluna, há o número do manuscrito. Na segunda coluna, a indicação de documento com fôlio único ou mais de um fôlio. A terceira coluna lista a localidade em que o manuscrito foi datado. Assim, *V. R. S. B. J. Cbá* é o acrônimo para “Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá”, *V. B. S. Trindade* quer dizer “Vila Bela da Santíssima Trindade” e *V. B. Go* “Vila Boa de Goiás”. Na quarta coluna, está a datação do manuscrito. Por fim, a quinta coluna especifica a localização do manuscrito na sua lata no APMT: “doc. div.” e “cad.” significam “documentos diversos” e “caderno”, respectivamente.

Tabela 1 – quadro resumo dos manuscritos.

Manuscrito	Via	Local	Data	Localização do manuscrito
1	única	Praça de Santos	07/03/1733	lata: doc.div.; cad. 25
2	única	V.R.S.B.J.Cbá	11/04/1734	lata: doc.div.; cad. 29
3	I	V.R.S.B.J.Cbá	18/07/1737	lata: doc.div.; cad. 36
3	II	V.R.S.B.J.Cbá	18/07/1737	lata: doc.div.; cad. 36
4	única	Rio Cuiabá	01/09/1737	lata: doc.div.; cad. 38
5	I	V.R.S.B.J.Cbá	04/09/1738	lata: doc.div.; cad. 42
5	II	V.R.S.B.J.Cbá	04/09/1738	lata: doc.div.; cad. 42
6	I	V.R.S.B.J.Cbá	24/07/1739	lata: doc.div.; cad. 48
6	II	V.R.S.B.J.Cbá	24/07/1739	lata: doc.div.; cad. 48
7	I	V.R.S.B.J.Cbá	08/09/1739	lata: doc.div.; cad. 49
7	II	V.R.S.B.J.Cbá	08/09/1739	lata: doc.div.; cad. 49
8	única	Cuiabá	30/09/1744	lata: doc.div.; cad. 64
9	única	Cuiabá	27/03/1750	Lata: I; caderno: 01
10	I	Lisboa	05/08/1750	Lata: I; caderno: 02
10	II	Lisboa	05/08/1750	Lata: I; caderno: 02
11	única	V.B.S.Trindade	21/05/1755	Lata: I; caderno: 49
12	única	Cuiabá	20/07/1755	Lata: I; caderno: 52
13	única	Cuiabá	21/02/1756	Lata: I; caderno: 30
14	única	V.R.S.B.J.Cbá	22/02/1756	Lata: I; caderno: 65
15	única	V.B.Go	09/07/1763	lata: doc. div.; cad: 67

Não nos detemos, porém, apenas ao período *bandeirante* (seiscentista e setecentista), recorremos ainda a outras fases da história do português e a dados já divulgados por historiadores e gramáticos da língua portuguesa, desde o galego-português, passando pelo português arcaico, até nossos dias, porque, para dizer com Mattos e Silva (1991, p. 48), o estudo de um fato lingüístico, com tal vasto panorama teórico, nos permite inferir algumas afirmativas e

outras suposições sobre qualquer sistema estudado da língua de qualquer que seja o período.

3. Grafemas de referência vocálica

Os grafemas que representam as vogais orais (independente do contexto) como ficou constatado no inventário, geralmente se apresentam com as mesmas figuras do português atual, e, por conseqüência, com aproximadamente o mesmo valor fônico que lhes damos hoje. O que há de distinto está exposto a seguir.

Os grafemas de referência vocálica, nos textos estudados, são cinco: <u>, <o>, <e>, <a> e <i, y>, com <i> e <y> se equivalendo. Até certo ponto, esse inventário está de acordo com a gramática de Bacellar (1783), exceto em relação ao grafema <w>, que Bacellar (1783, p. 21) registra como equivalente a <u>. O timbre das vogais não é matéria discutida pelo gramático. Diferentemente do que fez Oliveira (1536) e Barros (1540), dividindo as letras vogais em grandes (abertas) e pequenas (fechadas), na determinação do valor fonológico de cada um desses grafemas de referência vocálica, pelo que se pode deduzir, Bacellar sempre toma como base a realização do timbre fechado: “O som do *A* tem a sua formação, quando se abre a bocca, e se respira forte; o do *E*, fazendo menos hiato, e respiração, que no *a*; o som do *I vogal*, ou *Y inicial* com menos hiato, e muito maior aperto da respiração do que no *e*; o do *O*, quando se arcuão os beiços, e bocca respirando; o som do *U vogal*, ou *w* frangendo os beiços” (Bacellar, 1783, p. 19-21).

Dentre as ocorrências dos grafemas de referência vocálica, em posição átona, comparado ao português padrão moderno, notamos as seguintes alterações:

- (1) a > e (e onde seria a): *rezaõ* (1)² e *pesquins* (2). Mas, registramos também ocorrências da forma *razaõ* (2). A variação pode denotar período de transição (orto)gráfica, mas evidencia a pronúncia [e] para o grafema <a>. Pelo menos é o que aponta estes dois vocábulos. No nosso português popular rural ainda é possível escutar a forma *r[e]zaõ* ao lado de *r[a]zaõ*;
- (2) e > a (a onde seria e): *dezanove* (2), *lavantassem* (1), *numarozo* (1), *sacrataria* (1), *arracadação* (2) e *estabalecimento* (2). Porém, registramos as formas *levantar* (3), *secretaria* (1) e *arecadação* (3) ao lado de *arrecadação* (2). Aqui podemos evidenciar o inverso: a realização de [a] para o grafema <e>. Nos dois casos citados e nos demais que virão, obviamente, estamos considerando o que se estabeleceu como padrão;

² O número entre parênteses indica a quantidade de ocorrências do fenômeno destacado nos manuscritos analisados.

- (3) e > i (*i* onde seria *e*): *quaz̃i* (2), *similbante(s)* (6), *ifeito* (1), *idital* (2), *rial* (2), *despidio* (1), *misericordia* (1), *senboriar* (1), *invio* (2), *miscilania* (1), *dispotico* (1), *liais* (2) e *epidimia* (1). Todavia, registramos a coexistência das formas *semelhante(s)* (3), *edital* (2), *real* (2), *despedio* (1), *misericordia* (1), *senborear* (1) e *leaes* (1);
- (4) i > e (*e* onde seria *i*): *delligencia(s)* (8), *deligencia* (2), *deminuição* (1), *mellitares* (6), *creação* (3), *prezeonou* (1), *prezionar* (2), *cometiua* (1), *facellidade* (3), *cegueria* (1), *remedear* (2), *facilidade* (1), *solecita* (1), *sollecita* (1), *defficultozo(a)* (3), *deficultozã* (1), *noteciasse* (1), *noteciarem* (1), *destricto* (2), *enacçessivel* (1), *eregido* (1), *epedemiaz* (1), *vezinhança* (2), *franqueasse* (1), *princepe* (2), *officiaes* (2), *permettida* (1), *destribue* (1) e *dezeinteressado* (1). No entanto, coexistem formas como *dilligencia* (2), *diligencia* (2), *militares* (2), *criação* (1), *prisseasonaraõ* (2), *comitiva* (1), *facillidade* (2), *facilidade* (2), *ceguiria* (2), *noticiasse* (1), *noticiarem* (2), *difficultozo* (1), *districto* (2), *inacçessivel* (1), *principe* (1), *officiaes* (5), *officiais* (3) e *permitter* (2);
- (5) o > u (*u* onde seria *o*): *descubrimeto* (7), *descuberto(s)* (3), *custume* (2), *rezulução* (1), *demulir* (1), *rigurozamente* (1). Entretanto, registramos as ocorrências das formas *descobrimeto* (2), *descobrio* (1) e *descobriraõ* (2).
- (6) u > o (*o* onde seria *u*): *estrangolamento* (2), *expozessesemos* (3).

Como é notório, nesses casos há as seguintes variações: realização de [i] para o grafema <e> ao lado da pronúncia [e] para o grafema <i> e a realização de [u] para o grafema <o> ao lado da pronúncia [o] para o grafema <u>.³ Trata-se de uma variação muito produtiva na oralidade, até hoje, tanto em terras brasileiras quanto em terras européias. Para atestarmos, basta uma consulta em trabalhos de quem fez pesquisa dialetológica ou sociolinguística. O que não se pode dizer, perante as evidências, é que estamos diante de um fenômeno novo. Escrevendo sobre as vogais mediais, Teyssier (1997, p. 61) lembra que todas essas variações vocálicas são fenômenos antigos. Elas ocorrem, com bastante freqüência, em textos do século XVI. E como podemos constatar, em textos também do XVII, XVIII, XIX e, até nossos dias, tanto na oralidade quanto em textos de alfabetizando ou de quem tem pouca escolaridade (cf. Cagliari, 1994, p. 107). Do mesmo modo, essa variação se faz pre-

³ Chamamos a atenção também para o fato de que as vogais mediais fechadas, pelo menos nalgumas regiões do Brasil, são realizadas abertas (cf. Santiago-Almeida, 2000).

sente desde o galego-português, desde o século XIII, como nos é mostrado, em mais de oitenta páginas, por Maia (1986, p. 339-420).

Nesta mesma seção em que evidenciamos a variação dos sons vocálicos mediais, podemos dar exemplos dos seguintes ditongos orais, em que o fenómeno ocorre com as semivogais: *officiaes* (5), *offeciaes* (1), *geraes* (3), *quaes* (4), *sinaes* (2), *leaes* (1). Mas, registramos as formas *officiais* (3) e *liais* (2); *seo(s)* (5), *remeteo* (2), *concedeo* (3), *sucedeo* (2), *recolbeo* (2), *Deos* (7), *precedeo* (1), *pareçeo* (2). Desses vocábulos, porém, registramos ainda estas formas coexistentes: *seus* (3) e *Deus* (1); *copea* (mais de 10), *rezistencea* (1). Registramos, todavia, *copia* (6) e *rezistencia* (1); *confundio* (1), *pedio* (2), *conseguido* (1), *despidio* (1), *despedio* (1), *conduzjo* (2), *descobrio* (1); *agoas* (3), *agoardente* (2), *legoas* (1). Este último vocábulo também foi registrado com a forma *leguas* (1).

No estudo feito por Maia (1986) sobre o estado lingüístico da Galiza e do noroeste português, tendo como base documentos escritos datados desde o século XIII ao século XVI, o comportamento desses grafemas, que denotam o sistema fônico da língua corrente no referido período, é muito semelhante ao que encontramos nos documentos do século XVIII.

Os grafemas <e> e <o> em posição átona parecem representar, respectivamente, as vogais /e/ e /o/, provavelmente fechadas, ou as vogais /i/ e /u/, seja em posição de núcleo de sílaba ou com valor assilábico, conforme enfatizamos nos exemplos acima. De acordo com Maia, destacando *e*, em alguns casos, “essa alteração da língua falada fixou-se na grafia (cf. *incendiar*, *diante*, *vier*, *criança*, etc.), continuando, no entanto, muitas formas a manter, ainda hoje, as grafias mais antigas (cf. *nomear*, *geada*, *passear*, etc.)” (Maia, 1986, p. 368, grifo nosso). O que não é possível precisar, segundo a autora, é a partir de qual estágio a língua se fixou na pronúncia [i] e [u], devido ao fato de os grafemas <e> e <o> ainda serem de uso habitual em documentos portugueses do século XV e galegos do século XVI, e, como podemos ver, ainda em documentos seiscentistas e setecentistas. As formas com *i* e *u*, nos séculos estudados por Maia (1986, p. 369 e 397) são esporádicas, mas concorrentes das formas com *e* e *o*: e > o (*o* onde seria *e*): *sommana* (1) e *pollo* (2). Contudo, registramos várias ocorrências da forma *pello* (mais de 10). O convívio de *pollo* e *pello* não pode ser caracterizado simplesmente como fenómeno fonético-fonológico, nem simplesmente grafemático. Trata-se, em verdade, de um fato morfossintático ou da coexistência, nesta contração, das preposições *per* e *por*: a forma *pollo* ou *polo*, hoje em desuso, é resultado da contração da preposição *por* com a antiga grafia *lo* do artigo definido; a forma *pello* ou *pelo*, a gramaticalizada ou lexicalizada, emprega *per* mais *lo*. A preposição atualmente em uso é apenas *por*, salvo em uma ou outra expressão, como *de per si*, bastante

rara, ou ainda em *percentagem* (concorrendo com *porcentagem*). Já a forma *somana* do manuscrito ao lado de *sumana* são, ainda hoje, produtivas em falares do interior do Brasil.

Como constatamos, não se pode considerar esse fenômeno como inovação do português brasileiro em virtude, exclusivamente, do contato com as línguas dos índios e dos africanos. Seria uma simplificação muito cômoda. Fazendo coro ao que escreveu Penha (1997, p.56-58), que registrou o mesmo fenômeno (*sumana, sumiteru, supultura*, et alii) na linguagem rural de São Domingos, no sul Minas Gerais, é um exemplo fácil de ser encontrado em vários textos antigos, como, por exemplo, nas *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil* (1956-8, 3v, p. 295).

Entre os ditongos nasais, vale ressaltar a forma ão > am: *capitam* ou *cappitam* (7), *petiçam* (2), *ocaziam* (2), *proviçam* (2), *correiçam* (1), *execuçam* (5). Todos esses vocábulos também estão grafados com a forma que, pela elevada frequência com que aparecem nos manuscritos editados, tende ser a mais comum: *capitaõ* (3), *petiçaõ* (3), *ocaziãõ* (3), *proviçaõ* (1), *correiçaõ* (1), *execuçaõ* (2). A coexistência dessas duas formas ainda pode ser conferida na grafia do vocábulo *também*: *taõbem* (3), *tambem* (2) e *taobem* (1), sem o til. Dessas ocorrências podemos deduzir que o mais provável é que o grupo *am* deva ser realizado como ditongo, como hoje fazemos, principalmente em verbos na terceira pessoa do plural, com terminação idêntica. Assim, apesar de a escrita apresentar as formas *capitam*, *petiçam*, *ocaziam*, *proviçam*, *correiçam* e *execuçam*, induzindo-nos a pronunciar o grupo *am* como vogal nasalada [ã], a variação no registro de *também* e na ocorrência dos próprios vocábulos que nos serviram de exemplos (ora *am*, ora *aõ*) desfaz qualquer dúvida a esse respeito, levando-nos a inferir que, seguramente, a pronúncia era a de um ditongo decrescente nasal [ãw̃].

É ainda com base nos registros do vocábulo *também* que podemos deduzir que a pronúncia do grupo *em*, final, era, como é do nosso costume, ditongada. Senão, vejamos a ocorrência da forma *tambei* (1), em que o escriba ou copista deixa transparente o traço da oralidade, enquanto na outra cópia do mesmo documento a forma volta a ser estritamente (orto)gráfica: *tambem* (1).

Os grafemas que representam as vogais nasais ou nasaladas, nos textos analisados, estão ou com o til sobreposto, como em *prizo¹/zs* (1) e *petiço¹/zs* (1), ou com vogal seguida de consoante nasal, como em *monçoens* (2), *prizoens* (1), *petiçoens* (1) e *embarçoens* (2).

Em poucos documentos, e com baixa frequência, é possível registrar um fato semelhante ao observado por Maia (1986, p. 306) em documentos galegos. Trata-se da ocorrência de vogal assinalada por til mais consoante nasal pertencente à mesma sílaba, o que evidencia um processo que representa uma contaminação

dos dois processos anteriores, como temos em *monço'zns* (1). Esse processo também pode ocorrer com o til assinalando, em vez da vogal, a consoante nasal: *beñs* (1) *ordeñs* (2), *sertoeñz* (2), *opinioeñs* (1), *penssoiñs* (1), e *algum̃* (2).

Quanto ao uso do til, em particular, os escrivães do século XVIII, pelo menos os dos documentos estudados, pelo visto, compartilhavam dos preceitos gramaticais de Bacellar. Este afirma que quando entre as finais *ãa* e *ão* parecer que soa um [m] ou [n], escreve-se um til sobre o primeiro *a*: “todos os que attendem a armonía, [...] pronúncia hoje irman'a (irmãa), Joan'o (João); e não (como antigamente) Irmaã, irmaam, irmaan: Joaõ, Joaom.” (Bacellar, 1783, p. 122). Uma nota na última forma, *Joaom*, esclarece que assim a imprimiam os estrangeiros, por não terem o símbolo do til nas suas imprensas, e acharem, em alguns dos escrivães portugueses, o *o* final, carregado do til. Dentre esses escrivães podemos incluir os escribas ou copistas dos documentos analisados.

Nesse contexto, aliás, encontramos apenas duas ocorrências do emprego do til que servem de exemplos para o que queria o gramático. Na primeira ocorrência, encontramos o vocábulo *demonstrações* (1), registrado na carta do rei D. José I (datada de Lisboa, em 05 de agosto de 1750, comunicando a morte de D. João V). Na segunda via da mesma carta, porém, o vocábulo está grafado com o til sobre a vogal seguinte: *demonstraço'zs* (1). A segunda ocorrência observamos em *algia* (8), todavia, nas demais, o mesmo vocábulo está grafado, conforme parece ser a regra, com o til sobre o *a*: *alguã* (mais de dez ocorrências), ou sem o til, mas com o *m* grafado entre as vogais, como fazemos hoje: *alguma(s)* (7). O emprego desse diacrítico sobre a segunda vogal ou a falta de todo e qualquer sinal de nasalização é atribuído por Huber (1933, p. 45) à distração ou “desleixos” do escriba ou copista dos textos antigos. No caso dos textos analisados, pela alta frequência do emprego do til sobre a segunda vogal, tudo indica que é da distração ou “desleixos” dos escrivães dos textos antigos referenciados por Joseph Huber que resulta a regra geral empregada pelos autores dos manuscritos investigados. Dentre os muitos exemplos dos textos, eis alguns: *Joaõ* (3), *fundição* (1), *foraõ* (8), *estaõ* (mais de 10), *huã* (mais de 10), *alguã* (mais de 10), *justificação* (5), *saõ* e *naõ* (mais de 10), *senaõ* (8), *jurisdição* (5), *monçaõ* (6), *povoação'zs* (9), *informação* (mais de 10), *missão* (7), *extração* (5), *capitaõ* (mais de 10), *demonstraço'zs* (7), *drago'zs* (1), *haõ* (6), *ereção* (4), *opresso'zs* (4), *escrivaõ* (9). Ademais, não se pode ignorar totalmente a possibilidade do *locus* do símbolo gráfico ser também influenciado pelo movimento da escrita cursiva com pena.

Quanto à falta de sinal de nasalização sobre grafemas vocálicos nasais e pela baixa frequência registrada, damos fé ao que Huber (1933) chama de “desleixos do escriba”. O fato foi observado apenas em sete das trinta e quatro ocorrências do vocábulo *uma*: *hua* (7). As demais ocorrências estão ou

com o til sobre a segunda vogal, ou com o *m* intervocálico, dentre os exemplos: *huã* (mais de 10) e *huma* (8).

Ainda sobre o emprego do til, além dos casos já mencionados, como a ocorrência desse diacrítico assinalando vogal já nasalada pela presença das consoantes /*m*/ ou /*n*/ pertencentes à mesma sílaba, e ainda o til assinalando, em vez da vogal, a consoante nasal, chama a atenção a colocação desse sinal sobre vogais não nasaladas, como em vocábulos do tipo *Senbôr* (3), *gera¹/zs* (4), *hespanho¹/zs* (3), e na combinação da preposição com o artigo *aõ* (4). O que se pode inferir no caso de *senbôr* é que se trata de uma contaminação do til indicador de abreviatura: *Snôr* para *Senbôr*. No caso de *gera¹/zs*, que convive com *geraes* (2), sem o til, por hipótese, pode ser que a presença desse diacrítico esteja denunciando a abreviatura da forma *generaes*. No caso de *hespanho¹/zs*, a única explicação cabível seria recorrer ao fenômeno de analogia a uma das formas pluralizadas do ditongo nasal *ão* = *o¹/zs*. Por analogia a esse mesmo ditongo nasal, no singular, pode-se explicar a grafia da combinação *aõ* no lugar de *ao*. Um simples caso de “erro” também não pode ser descartado *a priori*.

4. Casos de redução de ditongos

Nos documentos analisados registramos a redução do ditongo [aj], mais produtivo quando seguido de palatal, como em *baxoz* (2) e *bachos* (1). Sobre a monotongação ou redução desse ditongo, de um modo lato, diz Cunha (1986, p. 210-211) que tem dúvida em considerá-la como inovação e não conservação no português brasileiro, como querem alguns, em especial os que defendem a tese da crioulização (em virtude do contato português e línguas africanas e indígenas) e posterior descrioulização no português do Brasil. Os exemplos levantados nos textos seiscentistas e setecentistas e mais as grafias de *baxa* e *pexe* levantados por Cunha (idem) em *Os Lusíadas* mostram a antiguidade do fenômeno.

Na mesma via seguem Penha (1970, p. 24) e Maia (1986, p. 539). O primeiro traz à tona a ocorrência desse fenômeno no ditongo [aw] em autores antigos, como *odiança* (*audiência*) lido em Gil Vicente. A segunda acredita que a presença da redução de ditongos no português, tomando como exemplo [ej] reduzido a [e], deve ser dos fins do século xv ou do século xvi, provavelmente por influência do castelhano. No entanto, adverte que é interessante observar que a redução de [ej] não ocorre somente em castelhanismos, mas em formas galego-portuguesas como *cabeçeras* e destaca também que bem antes desse período (fins do século xv ou século xvi) formas com redução do ditongo podem ser observadas já em documentos do século xiii, mais exatamente, 1290: *enerro* (janeiro), *erederos*, *primero*.

Por influência do castelhano, pode-se explicar a presença de *poco* no lugar de *pouco* nas duas vias de um documento datado de Cuiabá em 24 de julho de 1739. A redução desse ditongo, também registrada em documentos dos séculos xv e xvi, e ainda em textos de fins do século xiii ou princípios do século xiv, também é considerada por Maia (1986, p. 552) como exemplo de resultado da influência castelhana. Tratando da redução desse mesmo ditongo, Cunha (1986, p. 211) confirma que é geral não só na língua comum do Brasil, mas também, desde o século xvii, no português europeu, o que está de acordo com o que registra Cintra (1995, p. 35-54) ao tratar do estudo sincrônico e diacrônico desse ditongo.

Por fim, destacamos a redução de [ãw] que, no português do Brasil, pode ocorrer com pelo menos seis alofones: [ã], [õw], [õ], [o], [i] e [u]. Nos documentos analisados registramos as formas gráficas *aõ* e *am*, como vimos acima, ratificando o ponto de vista de Huber, que ao tratar do assunto, faz nota considerando que “já no *CG. – Cancioneiro Geral* (1516) talvez já em finais do século xv as três terminações latinas *-anu -ane -one* se encontram reduzidas a *-am = -ão*. Aí rimam, por exemplo, a) *-anu* com *-one. vilaão: coraçam* (I, 396); b) *-anu* com *ane. mão: Johamr*, (II, 356); c) *-one* com *-ane. tençam. pam* (III, 583).” (Huber, 1933, p. 64).

Ao examinar os resultados da terminação latina *-ana*, Maia (1981, p. 73-95) constata que “inserida na área minhota de *-ão* encontra-se uma área menor e um pouco difusa de *-õ* e *-õu* que abrange algumas povoações da zona compreendida entre o Lima e o Douro: aí, a forma feminina da língua padrão *irmã* corresponde *irmõ* e *irmõu*”.

Após refutar o argumento de que as referidas formas do feminino poderiam ser explicadas a partir da influência analógica das correspondentes formas masculinas, a Maia (1986) parece mais provável a explicação que “na zona de Entre-Douro-e-Minho, a antiga terminação *-om* (<-ONE), mais tarde evoluída em *-õu*, sobretudo a partir do Baixo-Minho e do Baixo-Douro-Litoral, propagou-se por analogia às terminações *-ã* (<-ANE) e *-ão* (<-ANU).” Lembra também que essa assimilação já se verificava na linguagem da região no século xiv. Já nas variedades do Centro e Sul do País, sobre as quais veio a constituir-se a língua padrão portuguesa, foi a terminação *-ão* <-ANU que analogicamente se propagou nas terminações *-ã* <-ANE e *-õ* <-ONE, acabando por substituí-las.⁴

Para abonar a redução de [ãw] em [õ], por exemplo, em documentos que antecedem a história social brasileira nos séculos xvii e xviii, basta buscarmos nalguns testemunhos antigos, como *A Demanda do Santo Graal* BNV, Ms. 2594: *razom* e *entom* (1r, i.é, *fólio 1 recto*) e a variante *entam* (29r), *coraçom*

⁴ Sobre as razões que facilitaram essa analogia, Maia recomenda a leitura de Tilander (1959).

(44r), *nom* (150r), *Cancioneiro da ajuda*, edição Carolina Michaëlis de Vasconcelos: *perdon* (I, 109), *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, cod. 10991: *nô* (linha 40, pág. 38), *perdon* (linha 102, pág. 62), *razõ* (linha 120, pág. 70), *coraçõ* (linha 789, pág. 368), *Crônicas dos sete primeiros reis de Portugal*, edição Carlos da Silva Tarouca (1952): *emtam*, *nom* (cap. xxxii), *Textos arcaicos*, de José Leite de Vasconcelos: *payxom*, *deuaçom*, *entom* (xvii: 69).

No caso dos verbos, as variações reduzidas de [ãw̃]: [õ] e [i], além das formas desnasaladas [o] e [u], são bastante recorrentes na fala popular brasileira. As formas orais não foram encontradas nos textos antigos analisados, donde se infere que tais formas de fato são variações desnasaladas de [õ] e [i]. Cuesta e Luz (1971: 220), ao tratarem de traços arcaicos do português do Brasil, levantam os plebeísmos *andaro* de *andaram*, *fizero* de *fizeram*, *quisero* de *quiseram*, como sendo senão o produto da evolução de formas arcaicas, dizendo que enquanto a metrópole adotava as terminações em *am*, [ãw], a colônia conservou as antigas em *om*, [õ], que logo se desnasalaram. Daí, [o] e [u].

A opinião de Cunha (1986, p. 211) vai nesse mesmo caminho, dizendo que formas populares do pretérito perfeito do indicativo, como *fizero*, ao lado de *fizeru* (acrescentamos), dentre outras, é evidente caso de desnasalação da forma *fizerõ*, e (acrescentamos também) *fizeri*, pertencentes à norma culta da língua arcaica.

Para percebermos a produtividade da forma [õ], grafada <om> (em períodos anteriores do português) basta recorrermos às mesmas obras já citadas: *A Demanda do Santo Graal* BNV, Ms. 2594: *sairom* (25v, i. é, *fólio 25 verso*), *meterom* (45r), *decerom* (75v), *forom* (180r), *Cancioneiro da ajuda*, edição Carolina Michaëlis de Vasconcelos: *poderom*, *souberom*, *viron* (I: 55), *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, cod. 10991: *dasserõ* (linha 136, pág. 70), *son* (linha 377, pág. 198), *Crônicas dos sete primeiros reis de Portugal*, edição Carlos da Silva Tarouca: *derom*, *forom* (cap. xvii), *acordauom*, *souberom*, *entrarom* (cap. xxxii), e *Textos arcaicos*, de José Leite de Vasconcelos: *entregarom*, *matarom*, *vierom* (1901: 69-70, cap. xviii), entre outras tantas.

5. Os grafemas de referência consonantal

Os grafemas de referência consonantal, nos textos analisados, são trinta e cinco, podendo ser simples , <c>, <ç>, <d>, <f>, <g>, <h>, <j>, <l>, <m>, <n>, <p>, <q>, <r>, <s>, <t>, <u,v>, <x> e <z>, com os grafemas <u> e <v> se equivalendo, e complexos como <cc>, <çç>, <ch>, <ff>, <gn>, <lh>, <ll>, <mm>, <nh>, <nn>, <pp>, <rr>, <ss>, <th> e <tt>.

Eliminando boa parte dos grafemas dobrados ou complexos e a equivalência entre <u> e <v>, até certo ponto esse inventário está de acordo com

a gramática de Bacellar (1783), mas no todo está muito mais próximo do inventário levantado por Maia (1986) examinando textos galegos e portugueses do século XIII ao século XVI.

Os grafemas que representam as consoantes, como fica constatado no inventário, com exceção dos complexos <cc>, <ff>, <gn>, <ll>, <nn>, <pp>, <th> e <tt>, apresentam-se com as mesmas figuras do português atual, e, por conseqüência, com o mesmo valor fônico que lhes damos hoje. Neste texto, porém, vamos levantar apenas o emprego do grafema <r> com suas variações <rr> e <R> e do grafema <l>.

5.1. Os grafemas <r>, <rr> e <R>

Tendo como base o sistema consonantal do galego-português antigo (cf. Maia, 1986, p. 502), passando pelo quadro das consoantes do português descrito em gramáticas setecentistas, como a de Bacellar (1783, p. 178), e chegando ao sistema atual, podemos dizer que a oposição fonológica entre a vibrante simples ou *tap*, [ä], e a vibrante múltipla, [r], em posição intervocálica, fica evidente se considerarmos o emprego do grafema simples <r> e o uso do complexo <rr> para representar, respectivamente, a vibrante simples e a múltipla. Nos textos estudados o fenômeno é bem produtivo. Os únicos casos em que a *tap* está representada por <rr> são as duas ocorrências do vocábulo *borroro* (2). E o único caso em que a múltipla está grafada com o simples <r> pode ser verificado em uma das ocorrências do vocábulo *arecadação* (1), mas nas duas outras ocorrências no mesmo documento, o escriba usa o composto <rr>: *arrecadou* (1) e *arrecadação* (1). Em outras duas ocorrências desse vocábulo, o escrivão emprega o grafema maiúsculo <R>, que, de acordo com Maia (1986, p. 26), deve ser interpretado com valor de vibrante múltipla [r]: *aRecadação* (2).

Em posição inicial o mais comum é o emprego do grafema maiúsculo <R>, certamente, para denotar o valor fônico da vibrante múltipla: *Recolhidas* (1), *Recolberam* (1), *Refundidos* (2), *Remet(t)jo* (4), *Rezultaõ* (2), *Ruinas* (2), *Reffferido* (2) *Reçoui* (1), *Remessaç* (2), *Reconbessaõ* (2), *Repreçento* (2), *Revoluçoens* (1), *Reger* (1). É ainda importante lembrar que não há outros motivos, como nomes próprios e/ou palavras no início de frases, que justifiquem o emprego da letra maiúscula, que não seja distinguir o valor fônico da vibrante múltipla inicial. Com <rr> inicial encontramos poucos exemplos, como *rremetta* (1) no documento de 1763.⁵

⁵ Parte do documento está fac-similado e transcrito antes das referências bibliográficas. Nele há exemplos da variação e/i, casos de *rr* inicial, ocorrências do til sobre *o* no ditongo *aõ* e sobre *e* no ditongo *o/zi*, além do exemplo de um caso de rotacismo.

Ao tratar do <r> em sua gramática do português antigo, Huber (1933, p. 144-5) observa o mesmo fenômeno. Diz ele que no português arcaico provavelmente o som do <r> era apical (com várias vibrações da ponta da língua) fortemente “rolado”. Quer dizer, a frequência maior era a da realização da vibrante múltipla, uma vez que nos manuscritos daquele período (arcaico), e até no século XVI, é comum aparecer mesmo em posição inicial os grafemas <rr> e <R>, usados para representar a vibrante múltipla, da mesma maneira que se pode observar nos manuscritos do XVIII. O mesmo fato também é produtivo nos documentos galego-portugueses analisados por Maia (1986, p. 500-501).

O uso do grafema simples <r>, no entanto, também não deixa de aparecer, mas com menor frequência: *remeter* (1), *recolher* (1), *reger* (1), entre outras ocorrências.

A posição interior, não intervocálica, do fonema vibrante em que o grafema simples <r> prevalece são as seguintes: seguindo consoante na mesma sílaba: *provedor* (1), *preparada* (1), *grosso* (5); final de sílaba travada: *pertencentes* (1), *ordem* (4), *partido* (2) e final de vocábulo: *fazer* (7), *mandar* (8), *servir* (5).

5.2. O grafema <l>

A representação gráfica da consoante lateral /l/, nos manuscritos estudados, pode ser feita, como queria Bacellar (1783, p. 168), pelo grafema simples <l>, que é a forma mais frequente, ou pelo complexo <ll>, que ocorre apenas em posição intervocálica: *villas* (3), *militares* (6), *nella* (5), *delles* (8), *aquella(s)* (7), *facillidade* (3), *facillidade* (2), *sallarios* (4), *sollecita* (1), *delligencia* (8), *pollo* (2), *pello(s)* (mais de dez), *cauallos* (4), *vassallos* (4), *fellicidade* (4), *estillo* (1). Quatro desses exemplos convivem com a forma simples <l>: *diligencia* (2), *pelo* (2), *facilidade* (2), *militares* (2) e *aquelas* (3). Isso pode evidenciar que a escolha feita pelos escribas por uma das duas formas era aleatória, apontando que nesse período a (orto)grafia estava num estágio de transição. Não se pode descartar também o fato de o emprego de consoantes geminadas ser uma herança do modelo ortográfico latino, mesmo que não houvesse função fonológica para as geminadas em português.

Nos textos analisados encontramos apenas dois exemplos de rotacismo (l > r): *balças* (1) ao lado de *barças* (1), vocábulos encontrados em vias diferentes de um mesmo documento escrito por um mesmo punho, e *suplimento* (1), exemplo no manuscrito aqui fac-similado.

A ocorrência do fenômeno do rotacismo nos encontros consonantais /pl/, /bl/, /tl/, /kl/, /gl/ e /fl/ é destacada por Huber (1933, p. 143) como

traço do português arcaico. Da mesma forma, Penha (1970, p. 33), confirma que esse é um fenômeno do português antigo que se repete em falares interioranos no Brasil. Embora esse fenômeno seja registrado por Vasconcelos (1901), que o identifica explicitamente como traço de variantes regionais do português brasileiro, em especial do português caipira (como descrito por Amaral em 1920 (Amaral 1976, p. 52). Cunha (1986, p. 211) lembra e comprova que o rotacismo representa uma tendência românica muito difundida, tendo sido mesmo uma evolução normal dos grupos de /l/ do latim para o português, tais como as formas arcaicas *craro* (de *claru*), *fror* ou *frol*, (de *flore*), *frores*, (de *flores*) dentre tantos outros. Portanto, a hipótese segundo a qual o contato com as línguas brasileiras e africanas provocou o rotacismo de /l/ no falar caipira carece de evidências independentes.

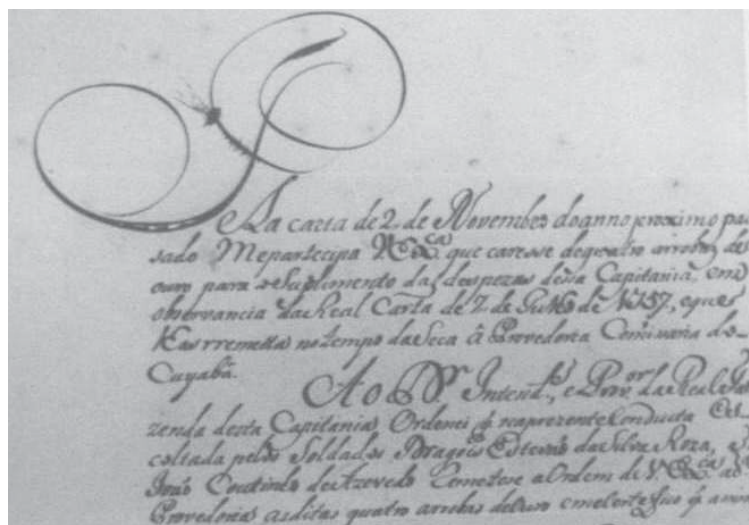
Um último caso que envolve o grafema <l>, documentado em um manuscrito do século XVIII, é a variação na grafia da semivogal /w/ nos vocábulos *auzentes* (2) ao lado de *alzentes* (1), que nos revela a existência do fenômeno de vocalização da consoante lateral alveolar /l/ em /w/ já no português setecentista.

6. Considerações finais

Mostramos, neste texto, que alguns fenômenos presentes no diversificado modo “brasileiro” de falar, que é distinto dos modos europeu, africano e asiático, não podem ser tratados como surgidos exclusivamente em terras brasileiras por conta do contexto histórico da língua portuguesa no Brasil, em que índios e negros, na tentativa de falar o português, introduziram realizações sonoras nunca ditas e ouvidas ou escritas e lidas antes. Muitas das mudanças atribuídas a influências externas estavam latentes ou patentes no português europeu antes da transplantação para a América. Dessa forma, a variação vocálica, a redução de ditongos, o *rotacismo* e *lambdacismo* encontrados nos manuscritos do século XVIII apontam para uma origem lusitana dos fenômenos e não somente para um caso de influência americana ou africana.

7. Documento manuscrito número 15⁶

7.1 Trecho fac-similado de um documento datado em 09 de julho de 1763, de Vila Boa de Goiás. acervo do APMT.



7.2 Transcrição do manuscrito

- 1 Pela carta de 2 de Novembro do anno proximo pa[s-]
sado meparticipa *Vossa Excelencia* que caresse de quatro arrobas de-
ouro para oSuplimento das despesas dessa Capitania, em
observancia daReal Carta de 7 de Julho de1757, eque
5 lhas rremetta no tempo daSeca â Provedoria Comissaria do-
Cuyabâ.
Ao Doutor Intendente, eProvedor daRealFa[-]
zenda desta Capitania Ordenei *que* naprezenteconducta es[-]
coltada pelos Soldados Drago)s Estevaõ daSilva Roza, e[-]
10 Joaõ Coutinho deAzevedo Remetese aOrdem de*Vossa Excelencia* a dita
Provedoria asditas quatro arrobas deOuro emeCertefico *que* assim [o cumpre.]
(...)

⁶ Carta assinada pelo capitão português João Manoel de Mello e enviada a Dom Antônio Rollim de Moura, presidente da então Capitania de Mato Grosso. Na transcrição do documento, os colchetes indicam leitura por conjectura. O texto em itálico indica o desenvolvimento das abreviaturas.

7.3 Notas

1. Variação e/i: *partecipe*>participe (linha 2); *suplimento*>suplemento (linha 3)
2. Variação r/l (rotacismo/lambdacismo): *suplimento*>suprimento (linha 3)
3. Variação <rr>/<R>: *rremetta* (linha 5); *Remetese* (linha 10)
4. Ditongos *aõ* e *o)s*: *Estevaõ, João e Drago)s* (linha 9)

Bibliografia

- A DEMANDA DO SANTO GRAAL. Manuscrito 2594, Biblioteca Nacional de Viena, fólios 1r – 199v.
- AGOSTINHO, A. L.; ARAUJO, G. A. de (2007) Um estudo estatístico sobre as oxítonas no português. *Signotica* 19 (2), p. 177-208.
- AMARAL, A. (1976) *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC.
- BACELLAR, B. de L. e M. (1783) *Grammatica philosophica e orthographia racional da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.
- BARROS, J. de (1540) *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, introdução e anotações de Maria Leonor Carvalho Buescu. (1971) Lisboa: Publicações da Universidade de Lisboa.
- BONVINI, E. (2008) Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (orgs.) *África no Brasil*, 15-62. São Paulo: Contexto.
- HOLANDA, S. B. de (1936) *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CAGLIARI, L. C. (1994) Algumas Reflexões sobre o Início da Ortografia da Língua Portuguesa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 27: 103-11.
- CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL (Colocci-Brancuti). (1982) Códice 10991. Prefácio de João Palma-Ferreira; apresentação de Luís F. Lindley Cintra. Reprodução fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- CINTRA, L. F. L. (1995) *Estudos de dialectologia portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- CUNHA, C. F. da (1986) Conservação e inovação no português do Brasil. *O Eixo e a Roda*, 5, p. 199-230.
- CUESTA, P. V.; LUZ, M. A. M. da (1971) *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.
- FIORIN, J. L.; PETTER, M. (orgs.) (2008) *África no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- HUBER, J. (1933) *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MAIA, C. de A. (1981) Geografia dialectal e história do português: resultados da terminação latina –ana. *Biblos*, 57, p. 73-95.
- _____. (1986). *História do galego-português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- MATOS E SILVA, R. V. (1991) *O português arcaico: Fonologia*. São Paulo: Contexto.
- MELO, G. C. de (1971) *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

OLIVEIRA, F. de (1536) *A Gramática de linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. 1975. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda.

OLIVEIRA, M. (2002) Para a história social da língua portuguesa em São Paulo: séculos XVI-XVIII. *Linguística*, 14, p. 323-351.

PENHA, J. A. P. (1970) *A arcaicidade da língua popular brasileira*. Franca Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

_____. (1997) *Português rural de Minas numa visão tridimensional*. na fala, nos textos regionais, nos escritores antigos. Franca: Unesp.

RODRIGUES, A. (1986). *Línguas brasileiras*. São Paulo: Loyola.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. (2000) Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil. São Paulo. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

TAROUCA, C. da S. (org.) (1952) *Crônicas dos sete primeiros reis de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

TEYSSIER, P. (1997) *História da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Sá da Costa.

TILANDER, G. (1959) Porque -am, -om se tronaram -ão em português. *Revista de Portugal* xxiv, p. 131-6.

VASCONCELOS, C. M. de (1990) *Cancioneiro da ajuda* – reimpressão da edição de Halle (1904). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

VASCONCELOS, J. L. de (1901) *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris: Aillaud et Cie.

_____. (1922) *Textos arcaicos*. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica.

ABSTRACT: In this paper, we consider a corpus of eighteenth century Brazilian manuscripts in order to shed some light on what kind of relationship exists between graphemes and phonemes. We intend to show that phonological phenomena, such as vowel variation, diphthong reduction, *rhotacism* and *lambdaicisim*, regularly found in Brazilian colonial manuscripts, have a European origin, rather than being a direct consequence of the linguistic contact between Portuguese and African or American languages.

KEYWORDS: Portuguese philology; phonology; history of Portuguese; 18th century.